

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS- UFSCAR

CENTRO DE CIÊNCIA BIOLÓGICA E DA SAÚDE- CCBS

DEPARTAMENTO DE GERONTOLOGIA- DGERO

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO- TCC

GABRIELY GREZELE

**MORADIA E IDOSO: UM ESTUDO SOBRE O LUGAR DE
ENVELHECER**

São Carlos- SP

2022

GABRIELY GREZELE

MORADIA E IDOSO: UM ESTUDO SOBRE O LUGAR DE ENVELHECER

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos, para obtenção do título de bacharel em Gerontologia.

Orientadora: Profa. Dra. Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Co-orientadora: Ms. Nayara Mendes Silva São Carlos-SP
2020

SÃO CARLOS- SP

2022

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus pais, aos meus familiares e amigos!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por me abençoar, abrir as portas me capacitar e colocar pessoas maravilhosas em minha vida durante toda essa trajetória.

Aos meu pais e avós que me deram todo o apoio e incentivo desde o inicio da graduação e nunca me permitiram sentir sozinha, mesmo de longe.

Aos meus amigos e minha república, que tiveram papel importantíssimo durante essa trajetória, se tornando uma segunda família, com momentos que jamais esquecerei.

Também à minha orientadora Dra. Profa. Luzia Cristina Antoniossi Monteiro e à minha co-orientadora Ms. Nayara Mendes Silva, por me ensinarem tanto, acreditarem em mim, me darem todo o suporte e me acolherem desde o primeiro juntamente ao grupo de pesquisa “Direito, Cidade e Envelhecimento” que sempre me auxiliaram em todas as questões.

Ao Departamento de Gerontologia e aos professores, por todo o suporte e incentivo ofertados.

Aos idosos do bairro CECAP de Araraquara que aceitaram participar da minha pesquisa.

Ao CMS CECAP de Araraquara e a gestora Renata por toda atenção, apoio e colaboração no desenvolvimento dessa pesquisa.

Por fim, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo- FAPESP, por realizar o financiamento do meu estudo.

Meus sinceros muito obrigada a todos os envolvidos!

RESUMO

O lugar de moradia reflete diretamente na velhice ativa e saudável. Sabe-se que o processo de envelhecimento é acompanhado por uma série de questões biopsicossociais influenciadas por diversos fatores. Uma moradia adequada pode consistir um facilitador no processo. No entanto, a população idosa depende cada vez mais de iniciativas do Estado para obter acesso à moradia adequada, e, portanto, condições dignas na velhice refletindo na capacidade funcional. Nesse cenário, políticas públicas pontuais que não levam em conta aspectos relacionados à saúde e ao bem-estar podem impactar nas atividades de vida diária cotidianas e nas relações com o lugar. Nesse sentido, evidencia-se a necessidade de estudos que investiguem características habitacionais e o perfil de idoso de cada localidade, a fim de aprofundar o conhecimento em relação à inserção socioespacial do morador. Entende-se que as políticas de atenção ao idoso podem promover o envelhecimento ativo e saudável, independente do nível de desenvolvimento socioeconômico, possibilitando a manutenção da capacidade funcional em ambiente seguro, impulsionando a participação na comunidade. Diante disso, o objetivo deste estudo foi analisar as condições de moradia e a capacidade funcional de idosos moradores do bairro CECAP em Araraquara-SP. Trata-se de uma pesquisa transversal, exploratória e descritiva, baseada no método quanti-qualitativo de investigação. Os participantes da pesquisa foram idosos cadastrados nos equipamentos públicos de saúde que atendiam ao bairro. Foram realizadas entrevistas com questões semiestruturadas, e a utilização do *Brazilian Oars Multidimensional Functional Assessment Questionnaire (BOMFAQ)* para avaliação da capacidade funcional. Os resultados indicaram que os entrevistados não possuem comprometimento severo para a realização de atividades cotidianas, porém apresentam maiores dificuldades nas AIVD, que estão relacionadas às condições de saúde e não diretamente com o bairro. Em relação à percepção dos participantes sobre a moradia, notou-se que a sensação de bem-estar, posse, condições de habitabilidade e o entendimento de que existe oferta de estruturas de produtos e serviços dentro do bairro, são aspectos importantes que refletem na qualidade do que é vivido e no entendimento de que sua moradia satisfaz suas necessidades, refletindo no sentimento de

pertencimento, integração e condições de usufruir o espaço de forma independente, ativa e com dignidade na velhice.

Palavras chaves

Capacidade funcional; Envelhecimento populacional; Moradia adequada; Planejamento urbano; Políticas de atenção ao idoso.

ABSTRACT

The place of residence directly reflects on active and healthy old age. It is known that the aging process is accompanied by a series of biopsychosocial issues influenced by several factors. Adequate housing can be a facilitator in the process. However, the elderly population increasingly depends on State initiatives to obtain access to adequate housing, and therefore, dignified conditions in old age, reflecting on functional capacity. In this scenario, specific public policies that do not take into account aspects related to health and well-being can impact daily activities of daily living and relationships with the place. In this sense, there is a need for studies that investigate housing characteristics and the profile of the elderly in each location, in order to deepen the knowledge regarding the socio-spatial insertion of the resident. It is understood that care policies for the elderly can promote active and healthy aging, regardless of the level of socioeconomic development, enabling the maintenance of functional capacity in a safe environment, encouraging participation in the community. Therefore, the objective of this study was to analyze the housing conditions and the functional capacity of elderly residents of the CECAP neighborhood in Araraquara-SP. It is a transversal, exploratory and descriptive research, based on the quantitative-qualitative method of investigation. The research participants were elderly people registered in the public health facilities that served the neighborhood. Interviews were conducted with semi-structured questions, and the Brazilian Oars Multidimensional Functional Assessment Questionnaire (BOMFAQ) was used to assess functional capacity. The results indicated that the interviewees do not have severe commitment to the performance of daily activities, but they have greater difficulties in the IADL, which are related to health conditions and not directly with the neighborhood. Regarding the participants' perception of housing, it was noted that the feeling of well-being, possession, living conditions and the understanding that there is an offer of product and service structures within the neighborhood, are important aspects that reflect on the quality of housing. of what is lived and the understanding that their housing meets their needs, reflecting on the feeling of belonging,

integration and conditions to enjoy the space independently, actively and with dignity in old age.

Keywords

Functional capacity; Population-ageing; Adequate housing; Urban planning; Elderly care policies.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia	1:	CMSC	
CECAP			42
Fotografia	2:	Casas–	
CECAP			43
Fotografia	3:	Praça Maria Valéria Galvão	
Medina			44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dados sociais dos moradores do bairro CECAP de Araraquara/SP.....	33
Tabela 2: Classificação desenvolvida e breve significado, a partir da análise de frequência constatada nas entrevistas	37
Tabela 3: Frequência das categorias nas respostas dos idosos sobre moradia adequada	38
Tabela 4: Frequência das categorias identificadas na justificativa dos idosos que consideram sua moradia adequada	39
Tabela 5: Frequência das categorias identificadas na justificativa dos idosos que perceberam melhora para realizar as atividades cotidianas	40
Tabela 6: Frequência das categorias identificadas na justificativa dos idosos gostariam de morar em outra região da cidade.....	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: nível de comprometimento funcional para realização de atividades cotidianas de acordo com o BOMFAQ..... 34

Gráfico 2: Nível de dificuldade na realização de Atividades Instrumentais de Vida Diárias-AIVDs 35

Gráfico 3: Nível de dificuldade na realização de Atividades Básicas de Vida Diárias – ABVDs 36

LISTA DE ABREVIações

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS- Organização Mundial da Saúde **BOMFAQ-** Brazilian Oars
Multidimensional Funcional Assessment Questionnaire

ABVD- Atividade Básica de Vida Diária

AIVD- Atividade Instrumental de Vida Diária **AVD-** Atividade de Vida Diária

CMSM- Centro Médico Social Comunitário

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2.REFERÊNCIAL TEÓRICO	15
2.1 Envelhecimento Populacional	15
2.2 Capacidade Funcional	16
2.3 O direito à cidade e o guia global cidade amiga do idoso	19
2.4 O direito à moradia adequada	22
2.5 Com o “espaço” se tranforme em “lugar”	25
3. OBJETIVOS	28
3.1 Objetivo Geral	28
3.2 Objetivo Específicos	29
4. METODOLOGIA	29
4.1 Tipo de Pesquisa	29
4.2 Local de estudo: Bairro CECAP, Araraquara-SP	30
4.3 Participantes do Estudo	32
4.4 Instrumento de Coleta de Dados	32
4.5 Forma de Análise de Resultados	33
5. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS FINAIS	33
5.1 Perfil Social dos Participantes	33
5.2 Avaliação da Capacidade Funcional dos Moradores	34
5.3 Entrevista semi- estruturada: percepção dos idosos sobre moradia	36
5.4 Resultados Obtidos Sobre a Acessibilidade no Bairro CECAP	42
6. DISCURSÃO DOS RESULTADOS	44
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
8. REFERÊNCIAS	52

1.0. INTRODUÇÃO

O fenômeno do envelhecimento ocorre mundialmente e o Brasil vivencia esta realidade de forma intensa. Uma população que em um tempo não muito distante era composta principalmente por jovens, passa por um período de transição demográfica, onde há o aumento da expectativa de vida, gerando mudança significativa na proporção de pessoas com 60 anos de idade ou mais (MIRANDA *et al*, 2016).

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os idosos passaram de 9,8% para 14,3% nos últimos 10 anos e a expectativa é que em 2030, essa população ultrapasse o total de crianças entre zero e 14 anos (IBGE, 2016).

O envelhecimento é acompanhado por grandes alterações biopsicossociais que ocorrem de forma heterogênea e são influenciadas por uma somatória de fatores, como por exemplo: características individuais, fatores culturais, aspectos econômicos, meio físico e social, bem como o acesso à saúde e serviços sociais ofertados (FECHINE, 2012; MAFRA *et al.*, 2013)

Um fator relevante correspondente ao envelhecimento saudável é a capacidade funcional. Entende-se por capacidade funcional a habilidade de decidir e realizar às atividades do dia a dia de forma independente. Pode ser dividida em Atividades Básicas de Vida Diária (ABVD), que consiste em higiene pessoal, transferência, continência e alimentação, e em Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVDS), referentes às atividades mais complexas, tais como uso do telefone, controle de medicamentos, preparo de refeições, manuseio do dinheiro, realização de compras, trabalhos domésticos e viagens (ROSA *et al*, 2002).

Os fatores que influenciam o declínio da capacidade funcional estão associados às características biológicas singulares de cada um, bem como seus hábitos e condições de vida socioambientais como moradia, transporte, segurança, assistência médica, condições de trabalho e remuneração, educação, opções de lazer e meio-ambiente (AMORIM, 2002).

Diante das alterações que ocorrem com o processo de envelhecimento, com o declínio da capacidade funcional entre outras características que o influencia, um dos maiores desafios é a garantia de moradia adequada à população idosa, como influenciadora do envelhecimento saudável e ativo e garantia de parte do direito à cidadania (COSTA *et al.*, 2016).

A garantia dos direitos sociais relacionados à moradia enquadra-se com os demais direitos a dignidade, tornando um direito fundamental, com foco na igualdade em situações desiguais já existentes, como o contraste entre o direito à propriedade e a falta de condições de habitação, com escassez de serviços públicos em diversos âmbitos, como a saúde, educação e lazer (PINHEIRO, 2012).

A elaboração de políticas públicas habitacionais que garantam o acesso da pessoa idosa aos seus direitos assegurados, expressa a sua cidadania e deve ser proporcionado pela esfera governamental e pela sociedade civil (PINHEIRO, 2012).

Deste modo, a casa adequada vai além do ambiente interno, abrange todo o entorno, os componentes externos que são oferecidos ao morador dentro de seu bairro, a composição urbana. Assim, existe a necessidade de atenção especial às demandas de edificações, mobilidade, participação, suporte social e acesso aos longevos, de forma a ter uma vida compensadora em suas comunidades (COSTA *et al.*, 2016).

O tempo vivido pelo idoso no ambiente traz o sentimento de pertencimento ao lugar. Tuan (1974), apresenta o conceito de Topofilia, elo afetivo criado entre a pessoa e o ambiente físico. Assim, as experiências pessoais vividas no espaço criam memórias e identidade, construindo uma concepção particular do idoso sobre a vida.

A principal iniciativa do Estado de São Paulo para a efetivação da habitação adequada à população idosa é o Programa Vila Dignidade. Trata-se de uma política pública, instituída pelo decreto nº 54.285/2009, alterado pelo decreto nº 56448/10 que apresenta o objetivo de promover moradias e áreas de

convivência social, adequadas às necessidades das pessoas idosas, (MONTEIRO *et al*, 2018)

Contudo, com os pontos apresentados em relação à moradia adequada e seu grande impacto no processo de envelhecimento saudável e ativo, faz-se necessário investigar e entender a percepção do morador com mais de 60 anos de idade sobre o local onde vive.

Isto posto, esta pesquisa foi realizada no interior do Estado de São Paulo, devido à grande concentração de idosos nesta região. Especificamente o estudo abordou um bairro no entorno de um conjunto residencial do Programa Vila Dignidade, local onde já foi investigado anteriormente as condições de moradia e verificado o reflexo na capacidade funcional dos moradores.

2.0. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2. 1. Envelhecimento populacional

O fenômeno do envelhecimento ocorre mundialmente e o Brasil vivencia esta realidade de forma intensa. Uma população que em um tempo não muito distante era composta principalmente por jovens, passa por um período de transição demográfica, onde há o aumento da expectativa de vida, gerando mudanças significativas na proporção de pessoas com 60 anos de idade ou mais (MIRANDA *et al*, 2016).

Essa transição demográfica ocorre por influência de diversos fatores de desenvolvimento socioeconômicos, que levaram a declínios nas taxas de natalidade e mortalidade. Segundo Alves (2014), a evolução nos campos médicos, promoção de políticas na área da saúde, melhora nos serviços básicos, e avanços no padrão de vida, foram os fatores que ocasionaram a redução da mortalidade.

Por sua vez, a queda nas taxas de nascimento é decorrente de mudanças no padrão de comportamento da população, que deixou de sofrer

grandes influências culturais pró natalistas, passando a ter uma maior liberdade de escolha (VASCONCELOS; GOMES, 2012).

O intervalo de idade que se encontra maior parte da população de um país é fundamental para guiar as ações governamentais no desenvolvimento de políticas públicas dentro uma nação. Recentemente a Organização das Nações Unidas (2019), lançou dados sobre a quantidade de idosos com 60 anos e mais no mundo no ano de 2020, que passou para 1,1 bilhão (MIRANDA et al., 2016).

O envelhecimento populacional ocorre no mundo todo, mas cresce especialmente nos países desenvolvidos. Apesar disso, tem ocorrido nos últimos anos um elevado aumento de idosos nos países em desenvolvimento.

Um exemplo disso é o Brasil, que segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os idosos passaram de 9,8% para 14,3% nos últimos 10 anos e a expectativa é que em 2030, essa população ultrapasse o total de crianças entre zero e 14 anos (ROUQUAYROL & SILVA, 2013; IBGE 2016).

O grande aumento desse público ocorreu de forma acelerada no país e por esse motivo, ao contrário do verificado em nações desenvolvidas, não houve grande preparação para enfrentar o processo, resultando em uma desordenação do governo no desenvolvimento intenso de políticas destinadas aos cidadãos senescentes e aos desafios sociodemográficos que surgem com esse fenômeno (OLIVEIRA, 2020).

Como consequência do envelhecimento populacional, o número de idosos em áreas urbanas aumentou. Cabe observar, que de forma assincrônica nas diferentes regiões brasileiras- esta diversidade é explicada pela diferença na extensão territorial, social, econômica e cultural-. O padrão espacial de cada região é um fator de grande importância nos impactos estruturais que regulam a dinâmica do local (SANTOS, 2018).

Uma das localidades com maior progressão de idosos, é a região Sudeste, que concentra a maior parte da população brasileira, e

consequentemente os longevos do país, seguida pela região Nordeste, ambas compreendem mais da metade do grupo de pessoas com 60 anos ou mais (MAFRA et al., 2013).

À medida que ocorre o crescimento urbano, não se verifica na mesma proporção planejamento para atender as demandas do processo de envelhecimento. A ausência do desenvolvimento de infraestrutura, programas e serviços que visam viabilizar e melhorar a qualidade de vida e bem-estar da população nas cidades, contribuem para a segregação socioespacial nos centros urbanos (SILVA et al., 2020).

Assim, o aumento da longevidade, apesar de representar um grande marco na sociedade, surge acompanhado por grandes indagações, uma vez que o envelhecimento é acompanhado por grandes alterações biopsicossociais que ocorrem de forma heterogênea e são influenciadas por uma somatória de fatores, como por exemplo: características individuais, fatores culturais, aspectos econômicos, meio físico e social, bem como o acesso à saúde e serviços sociais (FECHINE, 2012;)

Tais mudanças geram grandes desafios, que impactam diretamente na qualidade de vida do idoso e em seu acesso aos espaços urbanos, exigindo planejamentos e alterações nas cidades, que proporcione acessibilidade e assistência ao idoso, de forma a minimizar essas limitações do envelhecimento, preservando a autonomia, bem-estar e a capacidade funcional (PORTELLA; ROCHA, 2020; SANTANA et al., 2020).

Planejar os ambientes levando em consideração a manutenção da capacidade funcional é fundamental, uma vez que é um dos fatores com maior relevância na busca pelo envelhecimento saudável, permitindo o envelhecer com integridade.

2. 2. Capacidade funcional

Frente ao quadro de envelhecimento populacional e as mudanças que ocorrem com ele, existe a necessidade da adoção de medidas que viabilizem o envelhecimento saudável. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a

saúde é definida como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (OMS, 2015).

Um fator relevante correspondente ao envelhecimento saudável é a capacidade funcional. Esse termo refere-se à habilidade de decidir e realizar as atividades do dia a dia de forma independente e autônoma (ROSA et al, 2002).

A funcionalidade contempla a realização de Atividades Básicas de Vida Diária (ABVD), que abrangem o cuidado do sujeito com seu próprio corpo, como tomar banho, vestir-se, comer, andar pela casa, e as Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVD), que contemplam tarefas mais complexas e muitas vezes relacionadas à participação social, como realizar tarefas domésticas, cozinhar, usar telefone, utilização de transportes, fazer compras, administrar o próprio dinheiro (CAMPOS et al.,2016).

Os fatores que influenciam o declínio da capacidade funcional estão associados às características multidimensionais, como as singularidades biológicas de cada um, bem como seus hábitos e condições de vida socioambientais como moradia, transporte, segurança, assistência médica, condições de trabalho e remuneração, educação, opções de lazer e meio-ambiente (AMORIM, 2002).

Desse modo, a avaliação de saúde do idoso focada apenas na doença não é mais apropriada. Sendo o principal critério de avaliação a preservação da capacidade funcional. Campos et al (2016), aponta que no Brasil a prevalência de incapacidade funcional em idosos é alta, especialmente entre as mulheres.

O reconhecimento precoce dos fatores que comprometem a independência pode auxiliar na prevenção e reabilitação da capacidade nos idosos. Existe uma série de instrumentos que podem ser usados para avaliação da funcionalidade do idoso, podendo ser realizadas por meio de questionários, por observação direta, testes ou por entrevistas (PINTO; NERI, 2013; MENDONÇA, 2016).

O Brazilian OARS Multidimensional Function Assessment Questionnaire (BOMFAQ), avalia a dificuldade que o idoso tem em realizar 15 atividades de

vida diária, as atividades em que indica dificuldade são pontuadas. Sendo que o escore 15 indica maior comprometimento funcional. Dentro dessas, oito são referidas como ABVD e sete como AIVD (SANTOS et al, 2017).

Dentre várias preocupações relacionadas ao desafio da promoção e da manutenção da capacidade funcional dos idosos, destaca-se o ambiente. O lugar onde o idoso vive é um dos principais responsáveis por gerar qualidade de vida e manutenção da dignidade na velhice, uma vez que as características ambientais interferem diretamente na capacidade funcional dos longevos (NASCIMENTO; PAULIN, 2014).

A incapacidade funcional e as barreiras encontradas nos espaços, não limitam o idoso apenas ao ambiente doméstico, mas impede o usufruto completo de locais exteriores, como edifícios, serviços públicos, transporte, equipamentos de participação social e lazer, resultando em insatisfação e comprometimento do envolvimento social do idoso, sucedendo em consequências, visto que o envolvimento social é um elemento chave para a manutenção da saúde, cognição e funcionalidade física (Pinto; Neri 2013).

Diante da conceituação de saúde, das alterações que ocorrem com o processo de envelhecimento, com o declínio da capacidade funcional entre outras características que o influencia, existe a necessidade da adequação de cidades que atendam as demandas da população idosa (COSTA et al., 2016).

O envelhecer nas cidades traz diversas questões urbanas, que são influenciadoras diretas do processo de envelhecimento saudável e ativo e parte fundamental do exercício da cidadania, uma vez que o direito à cidade permite que as pessoas tenham identidade e se tornem sujeitos de cidade, com acesso e participação política.

2.3. O direito à cidade e o guia global cidade amiga do idoso

A Organizações das Nações Unidas (2015), lançou um relatório “Perspectivas da Urbanização Mundial” apontando que a população do mundo todo que reside em áreas urbanas será de 66% em 2050. Ainda nesta

classificação, o Brasil tem cerca de 85% da população vivendo nas cidades (IBGE, 2010).

A urbanização no Brasil ocorreu ao longo do século XX, provocado pelo processo de industrialização, que foi um dos principais motivos para o deslocamento da população da área rural, para a área urbana. Essa população, que residia predominantemente nos campos, migrou de forma rápida e desordenada para as cidades, em busca de novos trabalhos. Tal mudança, se articula com um conjunto de alterações estruturais na economia e na sociedade brasileira (BRITO et al, 2018).

Nesse sentido, o direito à cidade surge como forma de exercer a cidadania, com acesso e participação. O tema direito à cidade vem sendo amplamente explorado e debatido na busca do entendimento sobre o que ele representa e como efetivá-lo. Segundo o Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001), a garantia à cidade é entendido como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (art. 2º, inciso I)

O direito à cidade é um tema com entendimentos divergentes entre diferentes autores, para Amanajás et al. (2018), cidade se refere a possibilidade de “habitar, usar e participar na produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis”, exercitando um leque de garantias, políticas, sociais e econômicas. As cidades têm um papel social, de forma a garantir inclusão e participação cidadã, independente das particularidades.

Todavia, o Brasil ainda apresenta um “déficit de cidade”, com a não efetivação do uso desse direito, perpetuando e potencializando a exclusão, segregação, informalidade e ilegalidade nos municípios brasileiros, impedindo que a população se torne sujeitos de direito à cidade (AMANAJÁS et al., 2018).

Quando se trata da população com 60 anos ou mais, o direito à cidade fica ainda mais distante, devido às possibilidades e necessidades específicas desse grupo, impedindo, muitas vezes, o exercício da cidadania e o usufruto de

benefícios provenientes de um ambiente urbano equilibrado e democrático. Esse desenvolvimento urbano interfere diretamente na construção do envelhecimento, demonstrando a necessidade de planejamentos que possam viabilizar o direito à cidade e minimizar os impactos (ALMEIDA; CARMONA, 2020).

A garantia de ambientes favoráveis também é respaldada pelo relatório mundial de envelhecimento da Organização Mundial da Saúde (2015), em que relata a importância dos ambientes em que o idoso vive e interage através de um conjunto de recursos ou barreiras que influenciam a manutenção da capacidade funcional.

Atenta a este cenário, a OMS lançou o “Guia Global Cidade Amiga do Idoso” visando à promoção do envelhecimento ativo e saudável por meio da otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, buscando aumentar a qualidade de vida de forma paralela ao envelhecimento populacional, propondo que as cidades promovam a adaptação da área urbana para as necessidades que emergem nesse processo (OMS, 2008).

O Guia Global Cidade Amiga do Idoso apresenta oito eixos que abrangem as características amigáveis aos idosos, dentre os quais está espaços abertos e prédios, transporte, moradia, participação social, respeito e inclusão social, participação cívica e emprego, comunicação e informação, apoio comunitário e serviços de saúde e educação continuada, incorporando múltiplos aspectos para serem considerados adequados (OMS, 2008; MONTEIRO, 2012; SILVA, 2019).

O documento atesta a necessidade da criação de formas de otimização de melhores condições de vida durante a velhice, e para isso se faz indispensável o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a população idosa, visando a real efetivação dos direitos já expressos em lei.

Por sua vez, os idosos ainda são resguardados por legislações específicas destinadas às pessoas de 60 anos ou mais, que são: a Política Nacional do Idoso - PNI (lei nº 8.84.2/94) e o Estatuto do Idoso (lei nº

10.741/03). Este arcabouço jurídico objetiva assegurar os direitos, com métodos que promovam autonomia, integração e participação na sociedade (BRASIL,1994; 2003).

Neste contexto, pensando na constante interação com o meio, e na oferta de condições para isso, o que correspondem aos ajustes e às necessidades deste segmento etário, em prol do envelhecimento ativo e saudável, um dos eixos que exigem maior atenção é a moradia e as características que nela deve conter para ser considerada adequada.

2.4. O direito à moradia adequada

A moradia é um direito fundamental do ser humano, essencial para que o princípio da dignidade da pessoa se concretize na sociedade atual. Esse direito vai além do direito do cidadão de se fixar em uma propriedade, garantindo que toda a pessoa humana tenha uma moradia com condições básicas de acesso a segurança, infraestrutura, serviços públicos essenciais, um ambiente capaz de suprir suas demandas e promover uma boa qualidade de vida, efetivando a dignidade da pessoa humana (STEFANIAK, 2010).

O amparo do cumprimento desse direito é feito por legislações nacionais, como a Constituição Federal de 1988, expresso através da emenda n. 25 de 2000 que modificou o art.6º da CF/88, além de instrumentos internacionais, sendo os mais importantes à Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e a Agenda Habitat (HUMANOS, 1948; UNITED NATIONS, 1991).

A Política nacional do idoso (PNI) e o Estatuto do Idoso também demonstram a preocupação com esse assunto, trazendo aspectos sociais que influem a habitação, como a convivência com a família, o convívio intergeracional e a comunidade, mostrando o interesse em repensar todos esses âmbitos, especialmente para aqueles com capacidade funcional reduzida. Nesse contexto, corroboram os estudos a respeito da Gerontologia Social e Ambiental que trabalham com a grande importância da moradia no processo de envelhecimento (TORRÊS; MARTIN et al., 2012).

A Gerontologia Ambiental preocupa-se com diversos fatores de aprimoramento das interações entre o idoso e o ambiente sócio-físico, em que considera inúmeras condições sobre habitação adequada, que propiciam o envelhecimento saudável (LIMA, 2011).

A moradia adequada vai além do ambiente interno, abrange todo o entorno, os componentes externos que são oferecidos ao morador dentro de seu bairro, a composição urbana. Com atenção especial às demandas de edificações, mobilidade, participação, suporte social e acesso aos longevos, de forma a ter uma vida compensadora em suas comunidades (COSTA et al., 2016).

Vários aspectos devem ser considerados para que uma moradia seja considerada ideal, levando em consideração a subjetividade e preservando a identidade de cada um, com as diferentes etnias, culturas e experiências de vida. Nesse sentido, devem-se respeitar as preferências, a percepção e a necessidade do morador, de forma que lhe seja transmitido o sentimento de pertencimento ao lugar, rompendo com apenas aspectos físicos, incorporando aspectos de participação social, interação direta com outras pessoas, criação de fortalecimento de vínculo, proporcionando e o acolhimento no lugar de envelhecer (MONTEIRO et al., 2017).

Uma das garantias do direito a moradia são os critérios usados pelo desenho universal, que visa à utilização dos espaços por um amplo espectro de usuários e contempla um olhar com uma maior dimensão, indo além da estrutura física, levando em consideração fatores que atendam as necessidades subjetivas, ofertando acesso a serviços de saúde, trabalho, escolas, lazer, serviços públicos, programas e fatores que proporcione o desenvolvimento social. (BESTETTI, 2014; MONTEIRO et al., 2017).

A literatura aponta o conceito de ambiência e habitabilidade, a primeira, de acordo com o dicionário Aurélio, “é o espaço, arquitetonicamente organizado e animado, que constitui um meio físico e psicológico, especialmente preparado para o exercício de atividades humanas” sendo o responsável na realização de relações sociais, políticas e econômicas de

determinados grupos da sociedade, levando em consideração as diferentes culturas e permitindo o protagonismo e a participação (BESTETTI, 2014).

Já a habitabilidade refere-se aos fatores que compõe uma moradia adequada, alcançando o usufruto de infraestruturas e equipamentos públicos, proporcionando saúde e qualidade de vida. A ambiência e a habitabilidade são fatores cruciais para a promoção da saúde dentro dos bairros, valorizando a intensa interação entre o idoso e o espaço em que vive e seu grande potencial de suprir a subjetividade de cada pessoa, proporcionando acesso e inclusão socioespacial ao idoso, aumentando sua satisfação e sentimento de pertencimento ao lugar (COHEN, et al., 2007; MONTEIRO et al., 2017).

A principal iniciativa do Estado de São Paulo para a efetivação da habitação adequada à população idosa é o Programa Vila Dignidade. Trata-se de uma política pública, instituída pelo decreto nº 54.285/2009, alterado pelo decreto nº 56448/10 que apresenta o objetivo de promover moradias e áreas de convivência social, adequadas às necessidades das pessoas idosas, (MONTEIRO et al, 2018)

O programa tem como algumas de suas finalidades proporcionar momentos de lazer e entretenimento, assegurar melhor qualidade de vida aos idosos, fortalecer os vínculos familiares, propiciar inclusão e a participação social do idoso dentro das cidades, autonomia, conforto, segurança e crescimento do protagonismo (MONTEIRO et al, 2018; SILVA et al, 2019).

O tempo vivido pelo idoso no ambiente traz o sentimento de pertencimento ao lugar. Tuan (1974), apresenta o conceito de Topofilia, elo afetivo criado entre a pessoa e o ambiente físico. Assim, as experiências pessoais vividas no espaço criam memórias e identidade, construindo uma concepção particular do idoso sobre a vida.

A literatura mostra que a maioria dos idosos têm preferência por envelhecer no ambiente em que passaram a maior parte do tempo, mesmo diante das limitações que surgem, são resistentes às mudanças de casa ou de bairro, ainda que essa venha proporcionar melhoras, demonstrando a

importância da moradia na qualidade de vida. Diante desta preferência, é importante ouvi-los, compreender suas escolhas e necessidades (MARTIN et al., 2012; PASTERNAK, 2016.)

Um dos fatores de grande importância é a visão do idoso sobre o que considera uma moradia adequada e o reconhecimento de que satisfaz suas necessidades. Esse aspecto tem grande notabilidade, uma vez que pode trazer benefícios para a saúde e o bem-estar do idoso (COSTA et al., 2016).

Entretanto, estudos apontam a existência de graves problemas no usufruto do direito à moradia adequada pelos idosos. Isso ocorre devido às restrições ainda existentes tanto em ambientes físicos, como sociais, dificultando o envelhecimento no domicílio, bem como a manutenção da saúde, autonomia, independência e bem estar e qualidade de vida dos longevos (ROLNIK, 2009; MARTIN et al., 2012).

A moradia é o lugar onde as pessoas passam a maior parte do tempo, sendo um “bem” essencial e indispensável para a dignidade do homem e influenciadora direta do envelhecimento saudável. Dessa forma, entender quais são as características necessárias para que um ambiente seja considerado adequado contribui para o desenvolvimento de políticas habitacionais que proporcione ao idoso o sentimento de pertencimento, integração e condições de usufruir o espaço de forma independente e ativa.

2.5. Como o “espaço” se transforme em “lugar”

Com o passar dos anos, o número de pessoas vivendo na cidade tem aumentado. As relações urbanas apresentam grande heterogeneidade e estão cada vez mais complexas, representando um desafio para a configuração e práticas no espaço urbano, demandando novos panoramas teóricos.

Segundo Lara et al., (2017), existe uma relação de troca entre as cidades rurais e as urbanas, que dão origem a novos atores sociais, com características diferentes e necessidades novas, ou, velhos atores urbanos, que com o envelhecimento se tornam protagonistas recentes, com particularidades diferentes, que moldam e dinamizam a sociedade.

Ainda, para o autor, o corpo vem primeiro na escala microespacial e depois como paradigma de compreensão do espaço, ou seja, as pessoas produzem o espaço, ao mesmo tempo em que são influenciadas por ele, e somam nessa construção seus diferentes contextos, com características históricas e individuais, que refletem no futuro, se discutindo primeiro o espaço, para depois se formar o lugar (LARA et al., 2017).

Nesse sentido, o lugar é a expressão material da criação, carregada de subjetividade e sensações, percepções, relações de convívio, afinidade, afetos e das relações sociais desenvolvidas, criando nas pessoas o sentimento de pertencimento ao lugar, construindo memórias e identidades (MONTEIRO et al., LARA et al., 2017).

As formas de habitar a cidade têm cada vez mais levado em consideração o corpo do morador na percepção das sensações ao seu entorno urbano e o poder afetivo dos lugares, refletindo na qualidade do que é vivido, sendo os sentidos a base entre “uma ecologia social, uma ecologia da mente e uma ecologia do meio ambiente” (GUATTARI, 1989, apud THIBAUD, 2010).

Nesse sentido, surge o conceito de ambiência, que foca nos pontos materiais construídos, mas que vem sofrendo grandes mudanças e se tornando mais complexo, deixando de ser composto apenas por aspectos físicos, e adentrando, também, a questões sensoriais dos ambientes. Passando a incorporar a ligação entre “a mente do corpo, o natural do cultural e o ser

humano do meio ambiente” sendo indissociáveis as propriedades materiais e a experiência (THIBAUD, 2010).

À vista disso, o sujeito não é apenas um observador, mas um ator ativo na construção do ambiente, sendo necessários diversos critérios para que o espaço urbano seja considerado adequado, indo além de um ponto de vista visual, abrangendo aspectos como a luz, sonoridade, olfativos, temperatura e ventilação. A ambiência da vida ao ambiente, e os aspectos materiais e sensíveis se unem em um só (THIBAUD, 2010).

Tuan (2012), também trabalha com tal perspectiva, apontando que fatores que influenciam a sua profundidade de resposta ao ambiente estão relacionados a aspectos históricos e culturais, de gênero, raça, relatando também que a capacidade sensorial, elementos biológicos, atuam diretamente nas formas de resposta, com reconhecimento e influência dos estímulos ambientais, vinculando a um sentimento individualizado de criação de identidade, pertencimento, proteção e segurança no lugar.

Pensando na população idosa, segundo Monteiro et al (2017), considerar as necessidades do longo tempo, sua percepção sobre o ambiente e preferências, de forma que seja despertado o sentimento de pertencimento, seria o cenário ideal, trazendo ambiência, indo além de aspectos físicos, abrangendo as relações criadas pela pessoa com o lugar onde vive, seja com relações de afinidade e de interações, criação e fortalecimento de vínculos, trazendo todos os aspectos de integração socioespacial e fazendo com que seja uma forma de desenvolvimento e apoderação, transformando o espaço em um lugar.

Para que isso se torne possível, deve-se considerar também outros aspectos importantes que compõem o ambiente e seu entorno, ofertando cidades com equidade, participação política e inclusão social aos idosos, com vida digna para tal população, enfatizando o direito à cidade, que garante o acesso a habitação, infraestrutura urbana, acesso aos serviços públicos em geral, ao trabalho e lazer, para tornar as cidades inclusivas, justas, democráticas e sustentáveis (JUNIOR, 2016).

Tais aspectos, são garantidos, também, pelo Art.10, § 1 do estatuto do idoso- Lei 10741/03, que traz a “obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis” nesse sentido, existe a necessidade de repensar as cidades e a urbanização, para que esse direito possa ser realmente efetivo, com formulação execução e acompanhamento do desenvolvimento urbano de projetos, planos e programas (BRASIL, 2004).

Entretanto, mesmo com tal afirmação, existem inúmeros aspectos que impedem o gozo desses direitos, como a falta de ambientes que garantam a acessibilidade e permitam a participação plena do idoso na sociedade.

O estatuto do idoso assegura a eliminação de barreiras, em seu Art. 38, inciso III- “eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso” (BRASIL, 2004), na prática é pouco aplicado, não havendo total exercício da cidadania, com espaços públicos de qualidade, com equidade, suprimindo as necessidades dos idosos, impedindo que sejam atores ativos e se sintam pertencente ao lugar de envelhecer (JUNIOR, 2016).

Transformar os espaços em lugares representa um grande desafio atual, que envolve a necessidade de entender de forma profunda sobre como ocorrem as mudanças em larga escala urbana e como isso reflete dentro do cotidiano de cada um.

Nesse sentido, para que o “espaço” se transforme em “lugar” é necessário que exista uma troca contínua entre o ambiente e a pessoa que nele vive, composto por aspectos amplos e subjetivos que desperta sensações aos sentidos humanos, trazendo lembranças, afeto, identidade, relações de convívio, afinidade e pertencimento, marcada pelo tempo e o movimento, com o conjunto de vontades pessoais somado a arquitetura e os aspectos que compõem o ambiente.

3.0. OBJETIVOS:

3.1. Objetivo Geral:

Analisar as condições de moradia e a capacidade funcional de idosos moradores do bairro CECAP em Araraquara-SP.

3.2. Objetivos Específicos:

- Delimitação da área de abrangência do estudo, considerando os idosos cadastrados no equipamento de saúde no bairro do CECAP;

- Verificar as condições de acessibilidade da área delimitada;
- Identificar o perfil sociodemográfico dos moradores;
- Entrevistar os moradores a fim de entender sua percepção sobre moradia adequada;
- Avaliar a capacidade funcional autopercebida dos moradores;
- Comparar os dados obtidos, com os resultados da pesquisa “Vila Dignidade de Araraquara: um estudo sobre as condições das moradias e a capacidade funcional dos idosos;
- Aprofundar o estudo com a literatura sobre o tema.

4.0. METODOLOGIA

4.1. Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa transversal, exploratória e descritiva, baseada no método quanti-qualitativo de investigação. A escolha pela combinação dos métodos ocorreu pela possibilidade de obter uma compreensão e explicação mais ampla do tema estudado (GIDDENS, 2012).

A pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos que dificilmente são quantificados, focando na compreensão das relações sociais. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa se relaciona com um universo de significados, correspondente a processos e fenômenos que não podem ser diminuídos à contabilização de variáveis. Já a pesquisa quantitativa trabalha com a compreensão da realidade por meio da análise de números e resultados de instrumentos padronizados e neutros (GUNTHER, 2006).

O uso dos dois métodos não deve ser pensado como oposição contraditória, pois ambos têm seus pontos fortes e suas limitações perante ao resultado de uma pesquisa, permitindo a utilização conjunta obtenha o maior número de informações em relação ao que conseguiriam isoladamente (CASTRO, 2013).

4.2. Local do estudo: Bairro CECAP, Araraquara-SP

O estudo foi realizado no bairro do CECAP, Projeto habitacional desenvolvido pelo estado em 1949, e construído em Araraquara no ano de 1970, com a criação de agentes (Companhias Estaduais e Municipais de Habitação), para geração e venda das moradias com parceria da iniciativa privada, voltadas para as pessoas de baixa renda. (TOLEDO, 2006; PEH-SP, 2012)

O critério de escolha deste bairro se justifica porque a pesquisa visou comparar a percepção dos moradores do Vila Dignidade com a dos integrantes do bairro localizado no seu entorno.

O Vila Dignidade de Araraquara, condomínio exclusivo para idosos de baixa renda, faz parte de um Programa implementado pelo Decreto nº 54.285, de 29 de abril de 2009, que objetiva promover moradias adequadas às necessidades dos idosos, baseado nas diretrizes do Programa São Paulo Amigo do Idoso que foi instituído pelo Decreto nº 58.047/2012.

O Residencial de Araraquara é um dos 18 condomínios implementados pelo programa no estado de São Paulo¹. Este foi inaugurado no ano de 2015, por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano (CDHU) em parceria com o município. Conta com 20 casas compostas por um dormitório, sala e cozinha conjugadas e banheiro, construídas de acordo com desenho universal que fornece acessibilidade e segurança para os moradores idosos, contemplado com áreas comuns, como o centro de convivência, academia ao ar livre e sala de informática.

Neste lugar de moradia foi realizada a Iniciação Científica “Vila Dignidade de Araraquara: um estudo sobre as condições das moradias e a capacidade funcional dos idosos” (processo FAPESP nº 18/21252-1), e a pesquisa “Dez anos de estratégia cidade amiga do idoso: em que avançamos no direito a moradia adequada para a pessoa idosa de baixa renda?” (Processo FAPESP nº 2017/07875-3) das quais o presente estudo visou comparar os dados especialmente no que diz respeito:

- 1- o que é considerada moradia adequada na percepção do morador do Vila Dignidade também é, da mesma forma, para o morador do entorno (bairro CECAP)?
- 2- A capacidade funcional do morador do Vila é comparável à do morador idoso do entorno?
- 3- O perfil sociodemográfico é semelhante naquele bairro, entre os moradores do Vila e os do entorno?
- 4- A percepção sobre a acessibilidade do bairro é compatível entre os moradores do bairro CECAP e os do Vila Dignidade?

¹Até o momento, além de Araraquara, foram inauguradas outras 17 Vilas nas seguintes cidades: Avaré, Botucatu, Caraguatatuba, Itapetininga, Itapeva, Jaú, Jundiaí, Laranjal Paulista, Limeira, Mogi Mirim, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Tupã, Mogi das Cruzes, São José do Rio Preto e Sorocaba (SILVA,2019)

4.3. Participantes do estudo

Os participantes desta pesquisa foram moradores do CECAP cadastrados nos equipamentos públicos de saúde que atendam ao bairro, para identificar o número de idosos que residem na área demarcada e então, convidá-los a participar da pesquisa, desde que atendessem os seguintes critérios de inclusão:

- 1- Ter 60 anos ou mais, sem prejuízos cognitivos;
- 2- Estar cadastrado no equipamento de saúde existente no bairro;
- 3- Morar na localidade há pelo menos um ano;
- 4- Aceitar participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

4.4. Instrumento de coleta de dados

O mecanismo utilizado para a coleta de dado foi o *Brazilian Oars Multidimensional Functional Assessment Questionnaire* (BOMFAQ), instrumento adaptado e validado por Blay e colaboradores (1988), composto por 15 questões fechadas relacionadas às Atividades Básicas de Vida Diária (AVDs) e Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVDs), no qual o entrevistado respondeu sobre a sua capacidade em realizá-las.

O escore total de atividades comprometidas é feito pela soma das respostas das categorias separados em “sem comprometimento (0 pontos)”, “comprometimento leve (1 a 3)”, comprometimento moderado (4 a 6) e “comprometimento severo (7 ou mais)” e quanto maior a pontuação, maior o prejuízo na capacidade funcional (BLAY et al, 1988; MORAES et al, 2016).

¹O aspecto de prejuízos cognitivos será observado, com as informações já existentes, junto ao equipamento de saúde.

Junto ao questionário foi adicionada uma entrevista semiestruturada composta por quatro perguntas abertas, a fim de investigar a opinião dos entrevistados sobre o que eles entendem a respeito da moradia adequada, ou seja, se eles consideram a moradia satisfatória e o que interfere nesta percepção.

4.5. Forma de análise de resultados

Os dados quantitativos desta pesquisa foram analisados por meio de análise estatística simples e os achados qualitativos por meio da análise de conteúdo (BARDIN, 2016).

5.0. DETALHAMENTO DOS RESULTADOS FINAIS

5.1. Perfil social dos participantes

Foram entrevistados o total de 20 idosos moradores do bairro CECAP. Observou-se que o grupo entrevistado é composto em sua maioria por mulheres (80%) e que a faixa etária varia entre idosos mais velhos (84 anos) e mais jovens (61 anos), sendo a idade média 69 anos.

A maioria (65%) encontra-se entre a faixa etária de 60 a 70 anos (65%), o restante apresenta idade entre 71 e 80 anos (25%) e com 80 anos ou mais (10%).

Constatou-se que a maioria absoluta reside no bairro a mais de 30 anos (85%). Os demais entrevistados relataram morar no CECAP há aproximadamente dois anos (5%), seis anos (5%) e vinte anos (5%).

As informações descritas sobre o perfil social dos entrevistados podem ser verificadas na tabela abaixo.

Tabela 1: Dados sociais dos moradores do bairro CECAP de Araraquara/SP

VARIAVÉIS	Nº DE IDOSOS		%
GÊNERO	Feminino	12	60%
	Masculino	8	40%

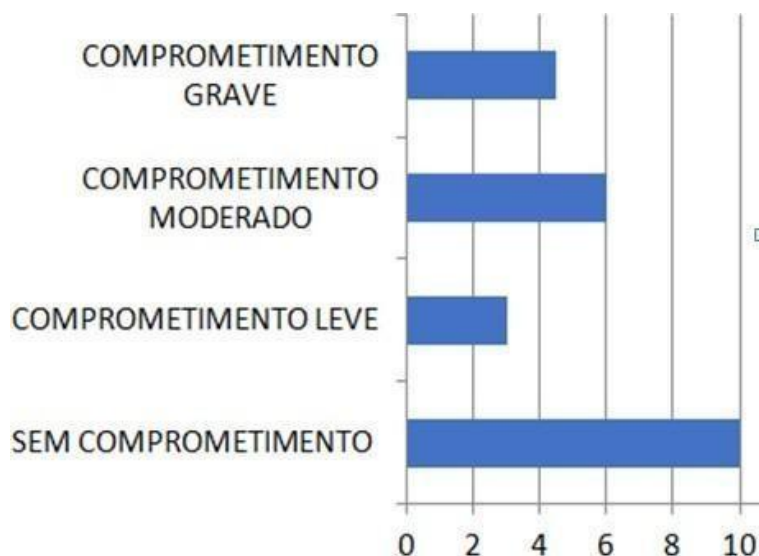
IDADE	60 a 70 anos	13	65%
	71 a 80 anos	5	25%
	81 e mais	2	10%
TEMPO DE MORADIA NO BAIRRO CECAP	20 anos	1	5%
	6 anos	1	5%
	20 anos	1	5%
	+30 anos	17	85%

Fonte: elaboração própria

5.2. Avaliação da Capacidade Funcional dos moradores

Em relação ao instrumento BOMFAQ aplicado para avaliar a capacidade funcional dos participantes do estudo, metade (50%) não apresentaram comprometimento nas atividades de vida diária. O restante, 15% apontaram comprometimento leve, 30% comprometimento moderado e 5% comprometimento grave. Conforme exposto no gráfico 1.

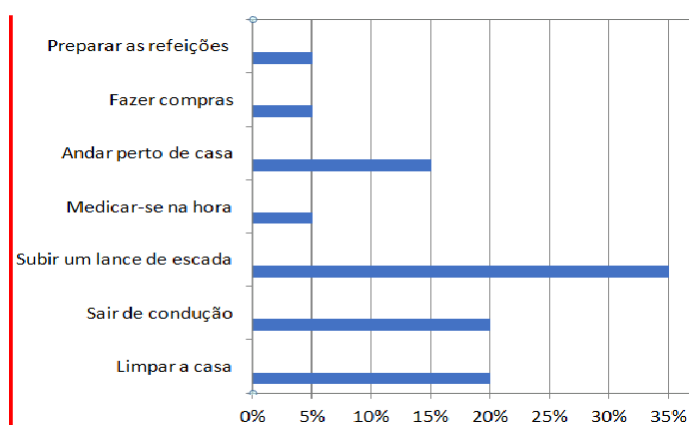
Gráfico 1: nível de comprometimento funcional para realização de atividades cotidianas de acordo com o BOMFAQ



Fonte: elaboração própria

Os resultados mostraram que às AIVD's são as que idosos mais apresentam dificuldade na realização. Sendo as tarefas com maior dificuldade: "subir 1 lance de escadas", mencionada por 35%, seguida de "sair de condução" (20%) e "limpar a casa" (20%).

Gráfico 2: Nível de dificuldade na realização de Atividades Instrumentais de Vida Diárias-AIVDs

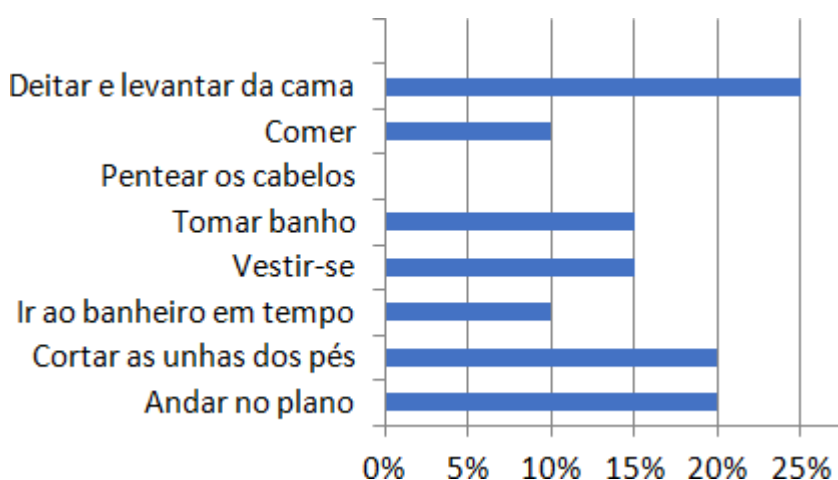


Fonte: elaboração própria.

Já para as ABVD's as tarefas apontadas pelos participantes com maior dificuldade foram: "deitar-se e levantar-se da cama", mencionada por 25%,

seguida de “cortar as unhas dos pés” (20%) e “andar no plano” (20%). Dentre todas as atividades, apenas uma não foi mencionada como dificuldade pelos entrevistados: “pentear os cabelos”. Essas informações podem ser visualizadas no gráfico abaixo.

Gráfico 3: Nível de dificuldade na realização de Atividades Básicas de Vida Diárias - ABVDs



Fonte: elaboração própria

5.3. Entrevista semiestruturada: percepção dos idosos sobre moradia

Em relação à percepção dos idosos sobre o bairro, foi aplicada entrevista semiestruturada composta por 5 questões. A análise das respostas obtidas foi realizada de acordo com os preceitos indicados por Minayo (2012), diante dos quais permite articular a teoria com a prática, caminhando para a pesquisa qualitativa.

A partir disso, realizou-se análise de frequência, a qual possibilitou desenvolver a categorização consistentes em 6 variáveis, sendo: bem-estar, estrutura de produtos e serviços, condições de habitabilidade, economicidade,

suporte social e posse. A tabela abaixo mostra a classificação desenvolvida, e a fim de facilitar a leitura dos dados, as pesquisadoras formularam conceitos sintéticos, fundamentados na literatura.

Tabela 2: Classificação desenvolvida e breve significado, a partir da análise de frequência constatada nas entrevistas

CATEGORIA	CONCEITO
CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	Condições das construções destinadas à ocupação humana que promova conforto físico (ELALI et al, 2017).
SUPORTE SOCIAL	Presença das interações sociais as quais contribuem para o melhor enfrentamento das situações adversas que podem surgir no cotidiano das pessoas, incluindo-se políticas e redes de apoio social, que atuam como agente de integração (ARAGÃO et al, 2009).
ECONOMICIDADE	Qualidade de algo que é econômico, podendo ser realizado com baixos custos e relacionado ao custo/benefício. (LIMA, 2008).
POSSE	Estado de quem possui algo (tangível ou intangível), de quem a tem como direito ou tem o gozo dela, ou a exteriorização da propriedade. A posse, de forma genérica, está diretamente ligada a moradia própria, muito incisiva nas respostas dos participantes da pesquisa (BRASIL. 2020; SANTIAGO et al, 2004).
BEM- ESTAR	Com base na literatura, verificou-se relação com a área da psicologia, sendo que o termo envolve estudos sobre as mais diversas nomeações, tais como: felicidade, satisfação, estado de espírito e afeto positivo, buscando compreender a avaliação que as pessoas fazem de suas vidas, do que faz da vida algo bom e desejável (Siqueira, M.M et al. 2008; CACHIONI, M et al.2017).
ESTRUTURA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	Acesso a comércios e serviços privados dentro do bairro, como mercados, padarias, farmácias, cabeleireiros, escritórios...

Fonte: Olaia (2020) adaptado pelas pesquisadoras.

Cabe salientar que as categorias definidas apareceram em cada resposta dada pelo entrevistado, de tal forma que os termos (bem-estar, estrutura de produtos e serviços, condições de habitabilidade, economicidade, suporte social e posse) acomodam muito adequadamente os relatos obtidos sobre o lugar de moradia. No entanto, a fim de facilitar ao leitor, as tabelas 3 a 6 foram confeccionadas apenas com as categorias com maior frequência.

Isto posto, a questão 1 refere: “o que o(a) senhora entende por moradia adequada?”. Nessa pergunta a categoria que mais apareceu foi “bem-estar”,

citada por 55% dos entrevistados. Os termos relativos à essa classificação, como “conforto” citado por 25%, seguido de “tranquilidade” (20%), “segurança” e “sentir-se bem”, apontados por 10% cada.

Em relação ainda à questão 1, o grupo mais verificado foi “condições de habitabilidade”, apontada por 20%, sendo tais aspectos relacionados aos dizeres: “casa com muros”, “teto que abriga” e “tem todos os cômodos”, mencionados por 5% dos entrevistados em cada termo. A tabela 3 sintetiza as informações.

Tabela 3: Frequência das categorias nas respostas dos idosos sobre moradia adequada

PERGUNTA 1		
	O que o(a) senhor(a) entende por moradia adequada?	
CATEGORIA	N de vezes	%
BEM - ESTAR	11	55%
CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	4	20%

Referente à pergunta 2: “O(a) senhor(a) considera a sua moradia adequada?”. Os resultados mostram que 85% dos entrevistados responderam “sim” e apenas 15% não consideram sua moradia adequada. Em relação à categorização das respostas, novamente, “bem-estar” foi mencionado por 50%, trazendo pontos como “segurança” (25%); “conforto”, “tem tudo o que precisa” e “tranquilidade, mencionadas 10% cada pelos entrevistados. Outros aspectos como “casa dentro dos padrões” e “muito tempo no bairro” também aparecem 5% cada.

A segunda mais mencionada foi “condições de habitabilidade” por 30%, com menções relacionadas à “reforma da casa” (15%), “construção ruim” (10%), além de “ter todos os cômodos” e “ter uma casa”, abordados por 5% dos idosos cada. A tabela abaixo mostra, em relação à pergunta 2, que as categorias bem-estar e condições de habitabilidade são as mais frequentes.

Tabela 4: Frequência das categorias identificadas na justificativa dos idosos que consideram sua moradia adequada.

PERGUNTA 2		
O(a) senhor(a) considera a sua moradia adequada?		
Categoria	n° de vezes	%
BEM - ESTAR	10	50%
CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	6	30%

Fonte: Elaboração própria.

A questão 3 refere: “em relação a sua moradia antiga, o senhor(a) sente uma melhora para realizar as atividades cotidianas?”. As respostas de 80% dos entrevistados apontam “sim” e apenas 20% não consideram sua moradia adequada. Nessa pergunta o grupo “bem-estar” foi mencionado por 25%, apresentando falas como “gosta do bairro” e “moradia atual é melhor”. Seguida de “condições de habitabilidade” (25%), relacionada a aspectos como “casa

sem piso”, “casa com banheiro fora” e “tamanho da casa”. Uma das respostas que chamou atenção foi “antes morava em um caminhão”, evidenciando a mudança nas condições de habitabilidade destinadas à ocupação humana, de forma que a moradia nova traz conforto físico ao morador.

Outra categoria apontada foi “posse” (20%), essa relacionada à “casa própria”.

Dentre os entrevistados que relataram não identificar melhora para a realização de “condições de habitabilidade” as justificativas apontadas para isso foi “casa pequena” e “construção inadequada”. Ademais, a categoria “bem-estar” também foi mencionada, podendo ser percebida em “casa sem conforto” e “não tem segurança”, seguida de “posse”, relatada na insatisfação por morar de aluguel.

Tabela 5: Frequência das categorias identificadas na justificativa dos idosos que perceberam melhora para realizar as atividades cotidianas

Fonte: Elaboração própria.

PERGUNTA 3		
Em relação a sua moradia antiga, o senhor(a) sente uma melhora para realizar as atividades cotidianas		
Categoria	nº de vezes	%
CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE	5	25%
BEM - ESTAR	5	25%
ESTRUTURA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	4	20%

A pergunta 4 questionou se o morador estava satisfeito com a localização do bairro e 100% dos idosos relataram “sim”.

Por último, foi indagado na pergunta 5: “o senhor(a) gostaria de morar em outra região da cidade?”. A resposta de 80% dos entrevistados foi “não” e 20% “sim”. Essa constatação contraria a resposta da pergunta anterior, pois todos os idosos responderam estarem realizados com a localização do bairro. Tal aspecto pode ser observado no gráfico abaixo.

Para essa questão, as categorias identificadas abarcam o “bem estar” (45%), verificadas nas falas: “se adaptou”, “tranquilidade”, “satisfeito” e “sente-se bem”.

O “suporte social”, foi mencionado por 15% dos participantes, observada na menção da presença de “vizinhos”, como um ponto positivo para morar no bairro.

Em seguida, “estrutura de produtos e serviços”, relatada 30% participantes, relacionadas aos aspectos negativos do porquê gostariam de morar em outra localização, apontadas em falas como “longe do centro da cidade”. Os dados citados podem ser observados na tabela a seguir.

Tabela 6: Frequência das categorias identificadas na justificativa dos idosos gostariam de morar em outra região da cidade.

PERGUNTA 5		
	o senhor(a) gostaria de morar em outra região da cidade?	
CATEGORIA	N de vezes	%
BEM - ESTAR	9	45%
ESTRUTURA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	6	30%

ECONOMICIDADE	1	5%
---------------	---	----

Fonte: Elaboração própria.

5.4. Resultados obtidos sobre a acessibilidade no Bairro CECAP

A acessibilidade é relevante para esse estudo, à medida que, segundo a definição estabelecida na Norma NBR 9050/2020, trata-se da possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. Esses parâmetros devem levar em consideração as diferentes condições de mobilidade e percepção do ambiente, sendo inúmeras características avaliadas.

Ainda, a acessibilidade é trazida no Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei 3.146/2015 que institui em seu Art. 3º “apoios especiais: a orientação, a supervisão, as ajudas técnicas, entre outros elementos que auxiliem ou permitam compensar uma ou mais limitações motoras, sensoriais ou mentais da pessoa com deficiência, favorecendo a sua autonomia, de forma a contribuir com sua inclusão social, bem como beneficiar processo de habilitação e reabilitação ou qualidade de vida”

CMSC – CECAP



Fonte: Google Maps, 2021

Neste sentido, foi realizada observação participante visando analisar as condições de acessibilidade das moradias e do bairro. Pôde-se observar alguns aspectos relacionados à área geográfica do bairro contando com ruas e calçadas em boas condições de uso, e outras com algumas barreiras arquitetônicas e urbanísticas, apresentando pavimentação precária de asfaltos, buracos nas vias públicas e calçadas irregulares. Além disso deparou-se com a realização de obras particulares e comerciais que expõem no passeio público objetos tais como andaimes, cadeiras, mesas, lixeiras, tapumes e outros, obstruindo a passagem. Notou-se também a ausência pisos táteis e faixas de sinalização adaptados para deficientes visuais.

O bairro é plano, harmônico e acolhedor, com casas que mantêm o mesmo padrão de construção, porém muitas delas passaram por reformas durante os anos. Nota-se que o bairro é bastante heterogêneo no sentido de apresentar locais mais centrais, mais bem preservados e com mais casas reformadas.

De acordo com as entrevistas, alguns moradores relataram insatisfação com as condições de habitabilidade da casa, por serem casas que não passaram por reformas, com fatores que os incomodam na construção, como telhas de fibrocimento. Nesse sentido, nota-se a grande heterogeneidade de uma casa para outra, como ilustrado na imagem abaixo.

CASAS-CECAP



Fonte: Google Maps, 2021

Outro fator chave observado em entrevista é a questão da segurança do bairro. Nota-se que a segurança é um elemento importante e subjetivo para cada morador, uma vez que os aspectos mencionados para que o espaço seja seguro ou inseguro é único para cada um. Segundo os moradores, o local de maior insegurança dentro do bairro é a praça Maria Valéria Galvão Medina.

PRAÇA MARIA VALÉRIA GALVÃO MEDINA



Fonte: Google Maps, 2021

Foi observado também pelas pesquisadoras que o bairro atende a algumas das características referentes a uma unidade de vizinhança, aproximando as relações entre os habitantes da comunidade e os equipamentos de serviços existentes. Nesse sentido, apresenta autonomia em relação aos equipamentos e infraestrutura de serviços públicos e privados, contando com áreas institucionais, além de comércios variados, como supermercados e lojas.

Entretanto, em relação a acessibilidade do bairro, existem aspectos que precisam melhorar, para que seja garantido o acesso, a liberdade e a segurança na locomoção das pessoas, seguindo a legislação vigente.

6.0. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Sobre o perfil social dos moradores do bairro, observa-se que a maioria reside no bairro a mais de 30 anos, fator este que pode estar ligado diretamente a relação criada entre o homem e o ambiente em que vive, interferindo na forma em que percebe, situa-se e como é significado,

impactando intimamente em sua percepção e valores ambientais (CISOTTI, 2013).

As relações humanas com o meio ambiente natural são compostas por aspectos subjetivos, estudado pela relação das pessoas com a natureza e dos seus sentimentos e ideias sobre os espaços, são influenciadas por fatores como paisagem, memória, cultura, percepção. O tempo vivido pelo idoso no ambiente traz o sentimento de pertencimento ao lugar. A história e o reconhecimento conecta tal sentimento pelos vínculos das famílias e as diferentes formas de enxergar e sentir o ambiente (TUAN, 1974).

A literatura mostra que a maioria dos idosos tem preferência por envelhecer no ambiente em que passaram a maior parte do tempo, mesmo diante das limitações que surgem, são resistentes às mudanças de casa ou de bairro, ainda que essa venha proporcionar melhoras, demonstrando a importância da moradia na qualidade de vida. Diante desta preferência, é importante ouvi-los, compreender suas escolhas e necessidades (MARTIN et al., 2012; PASTERNAK, 2016.)

Em relação a capacidade funcional, observa-se que tem crescido cada vez mais a preocupação com o tema, uma vez que se tornou um fator crucial como indicador de saúde. Os fatores que influenciam o declínio da capacidade funcional estão associados às características multidimensionais, como as singularidades biológicas de cada um, bem como seus hábitos e condições de vida socioambientais como moradia, transporte, segurança, assistência médica, condições de trabalho e remuneração, educação, opções de lazer e meio-ambiente (AMORIM, 2002).

A partir da comparação dos dados obtidos com o estudo já existente “A percepção de idosos do Vila Dignidade de Araraquara- SP: relação entre moradia adequada e capacidade funcional” é importante destacar que o bairro de estudo trata-se de um local de grande abrangência, sendo que os moradores do condomínio e os demais entrevistados fazem parte da mesma comunidade, sendo os participantes moradores do entorno do condomínio.

Na época do estudo o condomínio contava com 17 moradores, mas foram entrevistados 14, enquanto ao seu entorno foram 20 idosos

entrevistados. A respeito dos dados sociais, assim como no seu entorno as mulheres representaram a maioria do total de entrevistados. Em ambos os locais os idosos encontram-se entre na faixa etária de 60 a 70 anos de idade. A respeito do tempo em que estes idosos residem neste condomínio, grande parte dos moradores permanecem desde a inauguração desse equipamento, a cerca de quatro anos, enquanto em seu entorno, a mais de trinta anos.

Em relação a capacidade funcional, os níveis de dependência dos moradores do bairro CECAP e do condomínio Vila Dignidade, se mostraram parecidos, apurou-se que em ambos há predominância de idosos com algum comprometimento funcional, entretanto os moradores do condomínio apresentam comprometimento classificados como “leve”, enquanto os do bairro CECAP, apontam “moderado”.

Nesse sentido, os dados demonstram que os moradores do condomínio e do entorno já apresentam algum nível de comprometimento, sem que haja meios para prevenção e reabilitação, essas incapacidades podem facilmente vir a progredir a níveis severos, fazendo com que os idosos de ambos os bairros se tornem dependentes. Evidencia-se assim a necessidade de ações de intervenções que impeçam tal evolução.

Além disso, assim como apontado pela autora Olaia (2020), também pode-se verificar que os idosos, em ambos os estudos, apresentaram maior dificuldade em realizar as atividades instrumentais de vida diária, isso se dá devido a ordenação do declínio da capacidade funcional, que acomete inicialmente as atividades que trazem maior complexidade para sua realização, seguida das atividades básicas, que apresentam menor dificuldade (ARAÚJO et al, 2019, OLAIA,2020).

Nesse sentido, medidas que favoreçam o desenvolvimento de atividades mais complexas dentro da cidade é necessário. A incapacidade funcional e as barreiras encontradas nos espaços, não limitam o idoso apenas ao ambiente doméstico, mas impede o usufruto completo de locais exteriores, como edifícios, serviços públicos e privados, transporte, equipamentos de participação social e lazer, resultando em insatisfação e comprometimento do envolvimento social, sucedendo em consequências, visto que é um elemento

chave para a manutenção da saúde, cognição e funcionalidade física (Pinto; Neri 2013).

Devido ao significativo número de idosos entrevistados apresentarem algum comprometimento, indica-se que o bairro é ou pode tornar-se inapto em algum momento, tal elemento exige atenção a demanda de ações do poder público de identificação, prevenção e reabilitação de acordo com cada necessidade, de modo que impeçam a progressão da gravidade dos níveis de dependência (PINTO; NERI, 2013; MENDONÇA, 2016).

Nesse sentido, dentre várias preocupações relacionadas ao desafio da promoção e da manutenção da capacidade funcional dos idosos, as condições de moradia não foram apontadas como um fator complicador na realização das atividades, entretanto, nota-se que a questão vai além de complicações de saúde, sendo necessário que haja um olhar ampliado sobre o ambiente.

O lugar onde o idoso vive e seu entorno é um dos principais responsáveis por gerar qualidade de vida e continuação da dignidade na velhice, apresentando itens amigáveis à essa população, a fim de otimizar oportunidades para a saúde, participação e segurança, promover o direito à cidade ao proporcionar o envelhecimento ativo, uma vez que as características ambientais e de acessibilidade interferem diretamente na capacidade funcional dos longevos (NASCIMENTO; PAULIN, 2014).

Em relação à percepção dos moradores do condomínio e do entorno sobre moradia adequada, verifica-se que o entendimento de ambos vai de encontro com o conceito ampliado de moradia, indo além de aspectos de estrutura da casa (COSTA et al., 2016).

Um dos fatores importantes é a visão do idoso sobre o que considera uma moradia adequada e o reconhecimento de que satisfaz suas necessidades. Esse aspecto tem grande notabilidade, uma vez que pode trazer benefícios para a saúde e o bem-estar do idoso (COSTA et al., 2016).

Dessa forma, através das falas dos idosos, pode-se organizar as respostas obtidas e agrupá-las adequadamente dentro de seis categorias que corroboram com o conceito ampliado de moradia e ratifica as categorias previamente elaboradas na pesquisa maior de mestrado de Silva (2019), e de Olaia (2020), do qual o presente estudo utilizou quatro categorias como base:

condições de habitabilidade, suporte social, economicidade e posse e criou-se duas novas categorias: bem - estar e estrutura de produtos e serviços.

Entende-se a partir da visão dos idosos, que as condições de habitabilidade são fatores de grande importância na consideração de que a sua moradia é adequada ou não. Percebe-se que os moradores que conseguiram reformar suas casas, adequando-as segundo suas vontades, apresentam uma melhor percepção sobre seu local de moradia, enquanto as pessoas que não tiveram a mesma oportunidade, relatam as circunstâncias estruturais como um agravante na habitação.

Tal aspecto associa-se com o que é encontrado na literatura, o qual aponta que as características de construção e arquitetura podem ser um fator comprometedor da qualidade de moradia, bem como a funcionalidade do ambiente para o desempenho das AVDs (LOGSDON et al 2019).

Ainda, diante dos aspectos apontados pelos moradores, viu-se a necessidade da criação de duas novas categorias que pudessem acomodar as respostas encontradas. Nesse sentido, questões ligadas ao conforto, segurança, satisfação, tranquilidade e sentir-se bem no local onde mora, foram relatadas na maioria das explicações dadas pelos idosos. Tais pontos estão concernentes a categoria “bem - estar”, sendo um estado de espírito e afeto positivo, que busca expressar a avaliação que as pessoas fazem de suas vidas, do que faz da vida algo bom e desejável (Siqueira, M.M et al. 2008; CACHIONI, M et al.2017;).

Nesse sentido, a percepção de bem-estar nas sensações ao seu entorno urbano e o poder afetivo dos lugares, reflete na qualidade do que é vivido, e o entendimento de que sua moradia satisfaz suas necessidades, pode trazer benefícios para a saúde do idoso (GUATTARI, 1989, THIBAUD, 2010; COSTA et al., 2016).

O reconhecimento positivo sobre o ambiente desperta o sentimento de pertencimento, trazendo as conexões criadas pela pessoa com o lugar onde vive, seja com relações de afinidade e de interações, criação e fortalecimento de vínculos, trazendo todos os aspectos de integração socioespacial e fazendo com que seja uma forma de desenvolvimento e apoderação, transformando o espaço em um lugar.

A sensação de bem-estar também se relaciona a grande quantidade de tempo vivido pelos moradores no ambiente. Corroborando com o conceito de Topofilia de Tuan (1974), pelo elo afetivo criado entre a pessoa e o ambiente físico. Assim, as experiências pessoais vividas no espaço criam memórias e identidade, construindo uma concepção particular do idoso sobre a vida.

Outra dimensão considerada importante como componente de uma moradia adequada no entendimento dos entrevistados é a oferta de acesso a produtos e serviços privados no bairro, como mercados, padarias, farmácias, cabeleireiros, entre outros. Por tal razão, criou-se a segunda nova categoria denominada "estrutura de produtos e serviços". A oferta de tais serviços próximos às residências permite a participação e inclusão social, bem como o fortalecimento e estreitamento de vínculos sociais, além de corroborar com a preservação da capacidade funcional dos idosos (AMORIM, 2002).

Outro ponto que merece destaque é a relação encontrada entre moradia adequada e posse, uma vez que muitos idosos associam a casa própria como um fator crucial para que seja considerada adequada. Tal fator está estreitamente ligado a uma questão cultural da população brasileira, que traz como um dos principais objetivos de vida a conquista da residência própria, até mesmo como uma forma de deixar heranças para suas gerações futuras.

A questão da posse se faz tão pertinente que é retratada ao longo da história no código civil brasileiro, sendo entendida como uma situação fática, de caráter potestativo, decorrente de uma relação sócio-econômica entre o sujeito e o objeto, gerando efeitos no mundo jurídico. Nesse sentido, a literatura aponta que os diferentes contextos com características históricas, culturais e individuais, refletem no futuro e dessa forma o espaço se transforma em lugar de moradia (LARA et al., 2017; FILHO, 2018).

Os pontos investigados nessa pesquisa, como a acessibilidade, fatores que beneficiam a Capacidade Funcional desse grupo etário, percepção sobre moradia adequada, são fatores que influenciam diretamente no envelhecimento, implicando para que os idosos tenham o sentimento de pertencimento, integração e condições de usufruir o espaço de forma independente e ativa.

7.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento da longevidade, apesar de representar um grande marco na sociedade, gera alguns impactos significativos. Portanto, com a elevação da idade, há o surgimento de um novo perfil epidemiológico, predominando mais questões típicas do envelhecimento que ameaçam a independência e a autonomia do ser humano, sendo notória a necessidade de alterações nas políticas públicas, com o objetivo de atender as necessidades e as demandas atuais e futuras da população envelhecida.

O fenômeno de urbanização mundial se intensifica simultaneamente ao envelhecimento populacional, trazendo desafios sobre a nova configuração das relações entre a velhice e os espaços nas cidades.

Mesmo com as mudanças que conduziram melhorias nas condições de vida, a desigualdade ainda é persistente nas cidades, podendo se afirmar que a área urbana contemporânea, não só retrata a disparidades geradas por outros fatores, mas que ela mesma é promotora de discrepâncias socioespaciais.

Nesse cenário, as formas de uso e ocupação do espaço urbano impactam na efetivação do direito à moradia adequada, principalmente para a população vulnerável socioeconomicamente, composta por um significativo, crescente e heterogêneo número de idosos.

A elaboração de políticas públicas habitacionais que garantam o acesso da pessoa idosa aos seus direitos assegurados, expressa a sua cidadania e deve ser proporcionado pela esfera governamental e pela sociedade civil, com o desenvolvimento de soluções que sejam capazes de atender as demandas do crescente público idoso, de forma que a equidade e o desenvolvimento social sejam possibilitados.

Assim, destaca-se a importância encontrada neste estudo sobre o olhar com uma dimensão específica sobre a moradia adequada, mas que considera além da estrutura física, fatores que abrangem necessidades subjetiva ofertando acesso aos serviços de saúde, trabalho, lazer, atenção pública, programas e fatores que proporcionem o desenvolvimento social, bem como a manutenção da capacidade funcional.

Nesse sentido, cabe refletir sobre os aspectos relacionados à manutenção da capacidade funcional, uma vez que se trata de um importante indicador de saúde. A presença de dificuldade no desempenho de determinados gestos e de certas atividades da vida cotidiana ou mesmo na impossibilidade de desempenhá-las, resulta em diversas consequências, impedindo o cuidado de si, com autonomia e independência, além de gerar sobrecarga para a família e sobre o sistema de saúde.

O estudo realizado apontou que existência da oferta de produtos e serviços privados dentro do bairro, constitui um ponto forte e favorecedor da realização das AVDs, uma vez que proporciona estrutura de independência e participação cívica aos idosos.

Entretanto, aponta-se ainda a necessidade de planejar e desenvolver ações dentro do próprio bairro que possam contribuir para manutenção ou recuperação da capacidade funcional dos idosos moradores, uma vez que é um dos fatores com maior relevância na busca pelo envelhecimento ativo e saudável, permitindo o envelhecer com integridade.

Os resultados obtidos, mostram ainda, que os idosos do bairro CECAP, indicam comprometimento leve e moderado para a realização de AVDs. Entretanto, tais aspectos estão relacionados às condições de saúde que surgem com o processo de envelhecimento. Assim, entende-se que existe a necessidade de intervenções para que tais comprometimentos não se tornem graves.

A percepção dos idosos se mostrou positiva em relação a sua moradia, pois entendem que suas necessidades subjetivas são atendidas, sendo revelado nas entrevistas, com frequência alta o termo: “bem-estar” no lugar onde vive. Além disso, os moradores percebem que o bairro proporciona farta estrutura de produtos e serviços, suprimindo necessidades pessoais e relacionadas à moradia.

A categoria “posse” também apresentou grande impacto no entendimento de moradia adequada, uma vez que para muitos dos entrevistados, o fator “casa ser própria” já a torna o lugar de moradia ideal.

Dessa forma, levar em consideração a visão do idoso a respeito de sua percepção sobre moradia adequada é fundamental para entender quais são as características necessárias para que um ambiente seja considerado adequado e a partir disso desenvolver políticas públicas habitacionais que sejam efetivas e que proporcionem ao idoso o sentimento de pertencimento, integração e condições de usufruir o espaço.

Nesse sentido, os resultados obtidos nesse estudo enfatizaram a influência que a moradia exerce sobre a saúde do morador e na maneira como o mesmo se relaciona com o espaço urbano. Para que o “espaço” se transforme em “lugar” existe um processo que necessita de trocas entre o ambiente e a pessoa em que nele vive, tais aspectos são amplos e subjetivos, despertando diferentes sensações em cada um, trazendo lembranças, afeto, identidade, relações de convívio, afinidade e pertencimento.

A maioria dos idosos tem preferência por envelhecer no ambiente em que passaram a maior parte do tempo, mesmo diante das limitações que surgem, são resistentes às mudanças de casa ou de bairro, ainda que essa venha proporcionar melhoras, demonstrando a importância da moradia na vida de cada um. Torna-se então, cada vez mais importante a atenção sobre essa temática de tamanho impacto no envelhecimento, que é a moradia, lugar onde o idoso passa grande parte de sua vida. Diante desta preferência, é importante ouvi-los, compreender suas escolhas e necessidades, a fim de contribuir com maior entendimento e qualificação específica a esta questão de alta relevância nos estudos de gerontologia, garantindo a sobrevivência e qualidade de vida da pessoa idosa.

8.0. REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. Transição demográfica, transição da estrutura etária e envelhecimento. **Revista Portal da Divulgação**, n. 40, p. 8-15, fev. 2014.

AMORIM, P. R.S. Estilo de vida ativo ou sedentário: impacto sobre a capacidade funcional. **Rev. Brasileira de ciências e esporte**. V.23, n.3, 2002. Disponível em: <http://www.rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/284/267>. Acesso em: out. 2020.

BARCELLOS, V. Q. Unidades de Vizinhança: notas sobre a sua origem, desenvolvimento e introdução no Brasil. **Cadernos eletrônicos da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UNB**. (atual Paranoá), v.3. 2001

BRASIL. Lei nº8.842, de 4 de Janeiro de 1994. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm >. Acesso: Set, 2019

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso**. Disponível em . Acesso: set. 2019.

CAMPOS A,C,V. *et al.* Prevalence of functional incapacity by gender in elderly people in Brazil: a systematic review with meta-analysis. **Rev. Bras Geriatr Gerontol**. v.19, n.3, p.545-59. Rio de Janeiro, 2016.

COSTA, Silvia *et al.* HABITAÇÃO E URBANISMO. **Política nacional do idoso: velhas e novas questões**. Rio de janeiro, 2016. cap. 11, p. 295-322. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9097/1/Habita%
c3%a7%c3%a3o.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9097/1/Habita%c3%a7%c3%a3o.pdf)> Acesso em: out, 2019.

HUMANOS, Declaração Universal Dos Direitos. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948.

ESTATUTO DO IDOSO COMENTADO - 4ªED.(2016). organizador: **Naide Maria Pinheiro** | Gabrielle Carvalho Ribeiro. editora: Servanda.

FECHINE, B. R. A; TROMPIERI, N. O processo de envelhecimento: as principais alterações que acontecem com o idoso com o passar dos anos. **rev. Inter Science place.** v. 1, n. 20, p. 2, 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de indicadores sociais vida da população Brasileira. 2016. Disponível em:** <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf> > acesso em Set, 2020.

JÚNIOR, Nelson. O direito à cidade como centro da Nova Agenda Urbana. IPEA - Boletim Regional, Urbano e Ambiental, jul./dez. 2016.

ROSA, T.E.C. et al. Fatores determinantes da capacidade funcional entre idosos. **Rev. de Saúde Pública.** V.37, n.1, p.40-48.

LARA, O.G.H. cuerpo, envejecimiento y. Espacio. Corpo, envelhecimento e espaço. Uma geografia do envelhecimento no espaço rural latino-americano. Cadernos Prolam/USP, v. 16, n. 30, p. 13-41, 2017.

Lima, A. B. R. Ambiente Residencial e Envelhecimento Ativo: Estudos sobre a relação entre bem-estar, relações sociais e lugar na terceira idade. **Repositório institucional da UnB.** Brasília, 2011. Disponível em <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10277/1/2011_AnaBeatrizRochaLima.pdf> acesso em: mar, 2020.

MAFRA, S.C. T, et al. O Envelhecimento nas diferentes regiões do Brasil: uma discussão a partir do censo demográfico de 2010. **III CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENVELHECIMENTO HUMANO**, 2013, Campina Grande - PB, 2013.

MARTIN, I et al. **Habitação para pessoas idosas: problemas e desafios em contexto português.** Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da

Universidade do Porto, n. 2, p. 177-203, Porto, Portugal, 2012. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/4265/426539987010.pdf>> Acesso em: out. 2019.

MENDONÇA, S.S. **Capacidade funcional de idosos longevos assistidos pela estratégia saúde da família**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

MIRANDA, G.M.D *et al.* O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. **Rev. bras. geriatr. gerontol.** v.19, n.3. Rio de Janeiro, 2016.

MONTEIRO, L. C. A. et al. A ambiência compondo a moradia adequada para idosos de baixa renda. **Serviço Social em Revista, Londrina.** v. 20, n. 1, p. 175-196, 2017.

MONTEIRO, L. C. A. Políticas públicas habitacionais para idosos: o programa vila dignidade do Estado de São Paulo. **Anais Enanpur.** v. 15 n. 1, São Paulo, 2018.

NASCIMENTO, J; PAULIN, G. Relação entre o contexto ambiental e a capacidade funcional de idosos institucionalizados. **Rev. Família, ciclos de vida e saúde no contexto social.**v.2, n.2, p.161-169., Minas Gerais, 2014.

OLIVEIRA, A, S. Transição demográfica, transição epidemiológica e envelhecimento populacional no Brasil. **Rev. Brasileira de Geografia Médica e da Saúde.** v. 15. n.31, p.69-79. Espírito Santo, 2019. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/48614/27320>> Acesso em: set, 2020.

ONU - Organização das Nações Unidas. Agenda de habitat para municípios. un- habitat. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em <http://www.participa.br/articles/public/0007/9445/Agenda_Habitat_para_Municipios_Brasil.pdf> acesso em: dez, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE- OMS. Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde. Brasília: OMS Publicações. 2015.

PASTERNAK, S. Habitação e saúde. **Rev. Estud. av.** v.30 n.86, São Paulo, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000100051> acesso em: marco de 2020.

PINTO J.M, NERI A.L. Doenças crônicas, capacidade funcional, envolvimento social e satisfação em idosos comunitários: estudo Fibrá. **Rev. Ciência e Saúde Coletiva.** v.18,n.12, p.3449-3460. Campinas, 2013.

PORTELLA, A, et al. Envelhecer no lugar I- Pelotas: **IAPS Environment and Gerontology Network**, 2019. ISSN 2526-7310 versão online. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pixo/article/viewFile/19382/117479>. Acesso em: set. 2020.

ROLNIK, R. **Direito à moradia**, Rev.Desafios do Desenvolvimento - SBS, Ano 6 . Edição 51, Brasília, 2009. Disponível em<<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8264/1/Direito%20%C3%A0%20moradia.pdf>> Acesso em: out. 2019.

SANTANA, P.P.C, *et al.* Percepções de acadêmicos de Fisioterapia sobre o envelhecimento. **Rev. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 9, n.8. Rio grande do sul, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/5787/51199>. Acesso em: set. 2020.

SANTOS, E S. Diferenciais socioeconômicos e demográficos na expectativa de vida saudável dos idosos para o Brasil e grandes regiões em 2013. **Dissertação (Mestrado em Demografia)** - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

SANTOS, M.D, et al. Falta de acessibilidade no transporte público e inadequação de calçadas: efeitos na participação social de pessoas idosas com limitações funcionais. **Rev. Brasileira de Geriatria e Gerontologia.** v.20,n.2. Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, M. M. N, *et al.* Segregação socioespacial: os impactos das desigualdades sociais frente a formação e ocupação do espaço urbano. **Rev. Monografias Ambientais - REMOA** v. 15, n.1, p.256-263. Santa Maria- RS, 2020.

SILVA, N. M. Direito à moradia adequada para a pessoa idosa de baixa renda: um estudo quanti-qualitativo sobre políticas públicas habitacionais no interior do estado de São Paulo. 2019.

Stefaniak, J.L. A efetividade do direito humano e fundamental à Moradia. **Rev. Videre.** v.2, n.4. Ponta grossa, 2010. Disponível em <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/901/618> > acesso em: dez, 2020.

TORRÊS, K; HILMA, T. Ambiente de moradia e controle primário em idosos. **Rev. Paidéia**, v. 18,n. 39, p.53-60, Ribeirão Preto, 2008.

THIBAUD, Jean-Paul. A cidade através dos sentidos. **Cadernos Proarq**, v. 18, p. 1-16, 2012.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. **DIFEL**, p288, São Paulo, 1974.

VASCONCELOS, A, M, N; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Rev. Epidemiol. Serv. Saúde**. v.21 n.4 Brasília, 2012. Disponível em: <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400003> Acesso em: set, 2020.

9.0. APÊNDICES

I. IDENTIFICAÇÃO:

1. Nome:

2. Idade: _____ Data de nascimento: _____
3. Gênero: _____
4. Há quantos anos o(a) senhor(a) mora no Vila Dignidade?

II. ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA:

1. O que o(a) senhor(a) entende por moradia adequada?
2. O(a) senhor(a) considera a sua moradia adequada? () sim () não
Por que?
3. Em relação a sua moradia antiga, o senhor(a) sente uma melhora para realizar as atividades cotidianas? () sim () não
Por que?
4. O senhor(a) está satisfeito com a localização do Vila Dignidade?
O senhor gostaria de morar em outra região da cidade?
() sim () não
Por que?

**BRAZILIAN OARS MULTIDIMENSIONAL FUNCTIONAL ASSESSMENT
QUESTIONNAIRE – BOMFAQ – ADAPTADO**

**Brazilian OARS Multidimensional Functional Assessment Questionnaire –
BOMFAQ**

Agora eu gostaria de perguntar sobre algumas atividades e tarefas do seu dia a dia.

O (a) Sr. (a) tem alguma dificuldade para:

	COM DIFICULDADE	SEM DIFICULDADE	NÃO REALIZA/ SEM RESPOSTA
Deitar e levantar da cama			
Comer			
Pentear os cabelos			
Andar no plano			
Tomar banho			
Vestir-se			
Ir ao banheiro em tempo			
Subir 1 lance de escada			
Medicar-se na hora			
Andar perto de casa			
Fazer compras			
Preparar refeições			
Cortar as unhas dos pés			
Sair de condução			
Fazer limpeza de casa			

TOTAL: _____

Apêndice 3 : Termo de esclarecimento livre- TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) para colaborar voluntariamente na pesquisa "Moradia Adequada na Visão do Morador: um estudo comparativo entre a percepção de idosos de localidades vizinhas, com perfil de casas diferentes". Antes de concordar em participar deste estudo, é muito importante que o(a) senhor(a) compreenda as informações e instruções contidas neste documento.

Os(a) pesquisadores responderão todas as suas dúvidas antes que o(a) senhor(a) decida participar. Além disso, o(a) senhor(a) tem o direito de desistir de colaborar com a pesquisa a qualquer momento e isso não trará nenhum prejuízo.

1. **Justificativa, hipótese e objetivo da pesquisa:** A importância deste estudo se justifica em virtude da percepção do morador a respeito da moradia, uma vez que a casa adequada vai além do ambiente interno, abrange todo o entorno, os componentes externos que são oferecidos ao morador dentro de seu bairro, a composição urbana. Assim existe a necessidade de atenção especial às demandas de edificações, mobilidade, participação, suporte social e acesso, de forma a ter uma vida compensadora em suas comunidades. Visa entender qual a percepção do morador em relação ao bairro de moradia. A hipótese principal é que localidades diferentes, com tipologias habitacionais diversas influenciam a percepção do morador, no sentido do entendimento sobre moradia adequada, e que, a capacidade funcional do morador experimenta reflexos das condições e percepção sobre moradia adequada. Analisar as condições de moradia e a capacidade funcional de idosos moradores de condomínios exclusivos para idosos e de moradores do entorno.
2. **Método e coleta de dados:** Esta é uma pesquisa transversal e quanti-qualitativa, cujo desenvolvimento requer a realização de visitas aos locais de estudo, bem como entrevistas com moradores das localidades indicadas. Para isto, serão utilizados dois instrumentos: o BOMFAQ, instrumento adaptado e validado por Blay e colaboradores (1988), composto por 15 questões fechadas relacionadas às Atividades Básicas de Vida Diária (AVDs) e Atividades Instrumentais de Vida Diária (AIVDs), no qual o entrevistado responde sobre a sua capacidade em realizá-las, e um questionário contendo perguntas abertas. Cada um deles direcionados aos grupos nos dois bairros de interesse do estudo: CECAP (localizado no entorno do Vila Dignidade) e Vila Xavier, somente na área abrangente ao entorno do Recanto Feliz.
3. **Crerios para a seleção dos participantes:** o(a) senhor(a) foi convidado(a) por residir nos locais de estudo. Os participantes, assim como o(a) senhor(a), são pessoas com mais de 60 anos de idade, pois este estudo busca contribuir para políticas habitacionais adequadas, principalmente à essa faixa etária. A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder algumas perguntas sobre:
 - a) **Moradores dos conjuntos habitacionais:** sua caracterização (idade, sexo e composição familiar), características e percepções acerca da moradia e do condomínio exclusivo para idosos, a realização de atividades cotidianas, participação social e acessibilidade.
 - b) **Moradores do entorno:** (idade, sexo e composição familiar), características e percepções acerca da moradia, do bairro e a realização de atividades cotidianas, participação social e acessibilidade.

As entrevistas levarão um tempo de aproximadamente 30 minutos, e serão realizadas após leitura e assinatura deste documento. O local para a realização da entrevista, será pertinente à sua residência e sua

escolha, podendo ser no portão, ou dentro da casa, conforme o(a) senhor(a) se sentir mais confortável. As suas respostas serão anotadas por escrito, no próprio roteiro utilizado e o(a) senhor(a) poderá visualizá-lo.

4. **Isenção danos:** A pesquisa não irá causar nenhum tipo de dano físico, psicológico ou moral à/ao senhor(a). Os riscos relacionados à sua participação nesta pesquisa são mínimos como cansaço, desconforto pelo tempo gasto com os instrumentos de avaliação, ou ainda se lembrar de alguma situação pessoal diante das perguntas. Se isso acontecer, o(a) senhor(a) pode desistir de participar e retirar seu consentimento sem nenhum prejuízo em sua relação com o(a) pesquisador(a) ou com a instituição. Mesmo assim, caso ocorra algum dano ao senhor(a) resultante desta pesquisa, fica assegurado o seu direito à assistência e a requerer a devida indenização, conforme resolução 510/16.
5. **Benefícios do estudo:** Os benefícios estimados consistem no aprofundamento sobre moradia adequada a partir da visão do morador e o entendimento sobre a influência da casa na capacidade funcional do morador. Vislumbra-se ainda, contribuir de forma indireta, por meio da ampliação do conhecimento acadêmico em torno da temática, bem como no planejamento e políticas habitacionais urbanas. Além disso, outras pessoas e lugares poderão ser beneficiados, pois o método do estudo pode ser replicado em outras pesquisas. Ainda, os dados levantados poderão desvelar aspectos relevantes para o planejamento e gestão de políticas públicas habitacionais e urbanas em outros municípios brasileiros.
6. **Ética em pesquisa:** No desenvolvimento desta pesquisa, todos os cuidados serão tomados para observar os princípios éticos que regem pesquisas com participação voluntária de seres humanos, segundo Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e Resolução 466/12 do mesmo Conselho. As informações obtidas neste estudo são confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. O(a) senhor(a) não será identificado(a) em hipótese alguma e as informações passadas serão guardadas.
7. **Esclarecimentos:** É de responsabilidade da pesquisadora garantir a o(a) senhor(a), toda disponibilidade para dialogar com os demais pesquisadores, a fim de esclarecer dúvidas. Reitera-se que a sua participação não é obrigatória, sendo possível, a qualquer momento, retirar o consentimento dado, sem qualquer prejuízo.
8. **Protocolo em Biossegurança:** Além dos cuidados de praxe, no atual momento de pandemia da COVID-19 serão adotadas medidas de biossegurança, consistindo um conjunto de ações voltadas para a prevenção, minimização ou eliminação de riscos inerentes às atividades dessa pesquisa. Essas medidas visam o não comprometimento da qualidade de vida, da saúde humana e do meio ambiente. Como parte da biossegurança, os pesquisadores utilizarão Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), os quais constituem dispositivos de uso individual destinados a prevenir riscos que podem ameaçar a segurança e a saúde. Tendo em vista o padrão do contato realizado nessa pesquisa, a qual será realizada em local aberto e ao ar livre (por exemplo no portão ou na calçada em frente a moradia), os entrevistadores estarão equipados com máscaras cobrindo nariz e boca (totalmente), sobreluvas, óculos, portarão álcool 70% para desinfecção das mãos e objetos pessoais e canetas individuais (uma para cada entrevistador e uma para cada entrevistado). Outras medidas podem ser acrescentadas ante a situação local. O distanciamento de dois metros será o adotado durante as entrevistas, do começo ao final.

Serão respeitados ainda os procedimentos para colocar e remover EPIs, bem como seu descarte e acondicionamento.

9. Assim que a pesquisa estiver pronta, os resultados poderão ser disponibilizados para seu conhecimento, bem como ser apresentados em eventos e publicados em revistas científicas. O(a) senhor(a) receberá uma via por escrito deste documento, assinado pela

pesquisadora responsável com seus contatos (e-mail telefones e endereço) podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e a sua participação, agora, ou a qualquer momento.

Profa. Dra. Luzia Cristina Antoniossi Monteiro (Coordenadora da pesquisa)
Programa de Pós-Graduação em Gerontologia, Universidade Federal de São Carlos/ UFSCar. São Carlos-SP.
Fones (16) 3306-6668 - (16) 9751-2788. E-mail: cristinam@ufscar.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar. Os pesquisadores me informaram que estão disponíveis para quaisquer esclarecimentos ou dúvida que posso retirar meu consentimento em participar em qualquer momento.

São Carlos, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do(a) participante

Esta pesquisa foi aprovada pelo CEP-UFSCar, vinculado à Pro-Reitoria de Pesquisa, da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rod. Washington Luis, Km 235, em São Carlos (CEP 13565-905), email: propq@ufscar.br, telefone: (16) 3351-8028. O CEP-UFSCar consiste em órgão colegiado, interdisciplinar e independente, de relevância pública, caráter consultivo, deliberativo e educativo. Foi criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Todo projeto de pesquisa com seres humanos deve passar por apreciação do CEP e somente será iniciado após sua aprovação. A submissão é realizada por meio da Plataforma Brasil, cujo acesso é: <http://plataformabrasil.saude.gov.br>

